

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 336.564 - PA (2013/0132609-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO PAN S.A.  
**ADVOGADO** : LUIZ CARLOS STURZENEGGER E OUTRO(S) - DF001942A  
**ADVOGADOS** : LIVIA BORGES FERRO FORTES ALVARENGA E OUTRO(S) - DF024108  
GABRIELA LEITE FARIAS E OUTRO(S) - DF034060  
**AGRAVANTE** : BANCO BMC S/A  
**ADVOGADOS** : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971  
ANA NIZETE FONTES VIEIRA RODRIGUES - PA003683  
DIRCEU RIKER FRANCO E OUTRO(S) - PA009297  
**ADVOGADA** : ANA LUISA FERNANDES PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF026088  
**ADVOGADA** : PAULA DE PAIVA SANTOS E OUTRO(S) - DF027275  
**AGRAVADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO PAN S.A. E OUTRO em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, assim ementado:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR NÃO ANALISADAS. IMPOSSIBILIDADE DE TAIS ALEGAÇÕES SEREM CONHECIDAS NESTE MOMENTO, SOB PENA DE CONFIGURAR-SE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MÉRITO. NECESSIDADE DE REGISTRO EM NOTÁRIO PÚBLICO DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO FIRMADOS COM ANALFABETOS E IDOSOS. RESTRIÇÃO RAZOÁVEL, PARA IMPEDIR A REALIZAÇÃO DE FRAUDES. POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DOS CONTRATOS POR MERA RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. FACULDADE QUE POSICIONA O CONSUMIDOR EM SITUAÇÃO DE EXTREMA VANTAGEM AOS PRESTADORES DE SERVIÇO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME." (fl. 828)*

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 273, 412, 461, §§ 4º e 6º, do CPC/73, 1º, 3º da Lei n. 8.935/94, 104 a 107 do Código Civil, 81, parágrafo único, I e III, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando, em síntese, (a) necessidade de cassação da tutela de urgência deferida pelo juízo de 1ª instância, pois estão ausentes, na espécie, a verossimilhança das alegações e o risco de dano grave ou de difícil reparação aos interesses do autor, (b) a manutenção da tutela pode causar dano irreparável à parte recorrente, ré na ação civil pública e (c) a multa cominatória fixada em R\$ 5.000,00 por contrato celebrado com pessoas analfabetas, em descumprimento à ordem judicial, é excessiva ante as circunstâncias da causa e deve ser reduzida.

Não foram apresentadas contrarrazões (fls. 933).

É o relatório.

Em consulta realizada ao site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, verificou-se que a ação civil pública ainda não foi sentenciada, razão pela qual subsiste o interesse no julgamento do presente recurso especial.

Na origem, a parte insurgente interpôs agravo de instrumento para questionar decisão do juízo de 1ª instância que deferiu tutela de urgência, impondo restrições à contratação de mútuos bancários com pensionistas do INSS analfabetos. Eis trecho da decisão interlocutória do juízo singular:

*"(...) ANTE O EXPOSTO, sendo evidente a lesão ao princípio da dignidade da pessoa humana, com base no art. 5º, XXXV, da CF e art. 84, "caput", § 3º e 4º do CDC, concedo parcialmente a liminar requerida, e, por conseguinte determino que:*

*I- Seja dada prioridade na tramitação por se tratar de interesses de pessoas idosas, na forma prevista no art. 1.211-A do CPC;*

*II - As rés se abstenham de realizar contratos de empréstimos consignados com os beneficiários do INSS idosos e analfabetos sem o devido registro em notário público, sob pena da aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por contrato realizado;*

*III - Seja oficiado ao INSS para que suspenda a consignação dos contratos dos idosos e analfabetos que recebem pelo menos 01 (um) salário mínimo e que tenham registrado alguma reclamação administrativa ou judicial na circunscrição dessa Comarca;"*

O Tribunal de origem confirmou a tutela nos seguintes termos:

*"Com relação ao primeiro capítulo, entendo que andou bem a magistrada singular. Quem acompanha os noticiários de nosso país sabe que a fraude em empréstimos consignados não é algo raro e inesperado, pelo contrário, todos os dias, novas suspeitas de adulterações desse tipo de negócio jurídico são apresentadas. Ocorre que os criminosos que perpetuam estes logros, invariavelmente, buscam como alvo os analfabetos e idosos, por motivos diversos (desconhecimento, pouca instrução, etc). Destarte, até que se verifique em primeiro grau se a alegação de que há um número excessivo de fraudes envolvendo essas parcelas da população é escorreita ou não, a medida liminar deve ser mantida neste ponto, visto que evita que os consumidores sejam lesados por atos ilícitos perpetrados por terceiros." (fl. 832)*

Diante disso, é necessário destacar que, a rigor, não compete ao STJ reformar decisões concessivas de tutelas de urgência, pois o exame quanto à presença da probabilidade do direito e do risco de dano irreparável ou de difícil reparação, no caso de tutelas antecipadas, encerra análise eminentemente fática, obstando o recurso especial com base nas Súmulas n. 7/STJ e 735/STF.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA DEMONSTRADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO A QUO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.**

*1. Deve ser reformada a decisão monocrática que decretou a deserção, porquanto a parte agravante é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Agravo interno provido.*

*2. Não prospera a alegação de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. 3. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão estadual atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.*

*4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com o entendimento firmado pelo eg. Supremo*

***Tribunal Federal na Súmula 735, consolidou-se no sentido de ser incabível, em regra, recurso especial de acórdão que decide sobre pedido de antecipação de tutela, admitindo-se, tão somente, discutir eventual ofensa aos próprios dispositivos legais que disciplinam o tema (art. 300 do CPC/2015, correspondente ao art. 273 do CPC/1973), e não violação da norma que diga respeito ao mérito da causa. Precedentes.***

*(...)*

***6. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.***

***(AgInt no AREsp 1368435/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019)***

***AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA. LEVANTAMENTO PARCIAL. DECISÃO. CASO CONCRETO. CARÁTER LIMINAR. REEXAME. SÚMULAS N. 7/STJ E 735/STF. NÃO PROVIMENTO.***

***1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).***

***2. Esta Corte, em sintonia com o disposto na Súmula 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.***

***3. Agravo interno a que se nega provimento.***

***(AgInt no AREsp 1409234/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 03/06/2019)***

Ademais, nada impede anotar que a instituição financeira não foi proibida de contratar os empréstimos consignados com pessoas analfabetas. A Corte estadual apenas condicionou essa contratação ao registro dos instrumentos negociais no cartório apropriado. Não houve, portanto, qualquer excesso na medida de urgência adotada.

A respeito do valor da multa cominatória imposta, em caso de descumprimento da ordem judicial, a irresignação esbarra no mesmo óbice da Súmula n. 7/STJ, pois sem o exame dos aspectos de fato da causa é impossível revisar o entendimento do TJPA, no sentido de que (i) a importância de R\$ 5.000,00 é necessária para dissuadir a parte de continuar com a contratação **irrestrita** do mútuo bancário e (ii) "é compatível com

# *Superior Tribunal de Justiça*

*o poder econômico dos recorrentes, pelo que se impõe a manutenção do mesmo [valor]"*  
(fl. 834).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ,  
nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator